

(5)

Recobido em 28/6/2022



Na reunião do 29 de junho de 2022
foi aprovado por unanimidade
pelas Deputadas do PS, PSD, CH, PCF
e BE, mas ausência do IL

Exmo Senhor Presidente da Comissão de
Educação e Ciência
Deputado Alexandre Quintanilha

S. Bento, 28 de junho de 2022

Assunto: Audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Professores sobre a alteração do regime de mobilidade de docentes por motivo de doença

A publicação do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, que “Estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença”, mereceu a imediata crítica de um conjunto alargado de professores, que endereçaram aos grupos parlamentares as suas preocupações.

O Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, sob o argumento da “a escassez de professores nalguns territórios e escolas que poderia resultar da ausência de critérios definidos”, veio alterar o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença. Os objetivos alegados resultam de um problema estrutural de falta de professores cuja resolução tem sido adiada.

Longe de resolver a falta de professores, o novo regime veio trazer ainda mais problemas para o sistema, a avaliar pelas situações que têm sido descritas por professores através de correio eletrónico dirigido aos grupos parlamentares e à comissão de Educação e Ciência. Alguns dos casos de impedimento de mobilidade por doença à luz das novas regras, além de resultarem em injustiças, irão também resultar em baixas médicas, tendo um efeito contrário ao apresentado no Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho.

A Federação Nacional de Professores, através de comunicado de 27 de julho, declarou que “a FENPROF tem vindo a estabelecer contactos com o Ministério da Educação, com o objetivo de dar resposta às inúmeras situações que estão a pôr em causa o direito de muitos docentes que, comprovadamente, deverão usufruir de MpD [Mobilidade por Doença], mas, por força das regras impostas pelo governo, estão impedidos ou em risco de não o conseguir”.

Neste sentido, ouvir o Ministro da Educação e a FENPROF é do maior interesse para o trabalho da Comissão de Educação e Ciência.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Professores sobre a alteração do regime de mobilidade de docentes por motivo de doença.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua